

Rating**brAA**

Forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

Data: 19/Ago/2022
Validade: 20/Jul/2023**Sobre o Rating:****Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Ago/22: Atribuição brAA (Estável)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2022, atribuiu o *rating* **brAA** (“duplo A”) de longo prazo, em escala nacional, ao Município de Osasco. A perspectiva do *rating* foi considerada **estável**.

A atribuição da nota e definição da perspectiva estão em linha com a metodologia específica para Entes Públicos da Austin Rating, a qual atenta primordialmente para os fatores qualitativos (econômicos e sociais) e quantitativos (indicadores fiscais) do Município. Pelo lado dos fatores qualitativos, são analisados os aspectos econômicos, sociais e o ambiente político que condicionam o desempenho do município no médio e longo prazos (valor adicionado da produção, educação, saúde etc.). Pelo lado quantitativo, o foco é nos indicadores fiscais que determinam o nível de solvência no curto e médio prazos, como, por exemplo, os resultados orçamentários, primários, os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a gestão dos passivos contingenciais.

A escala definida do *rating* fundamentou-se na considerável capacidade do Município em honrar seus compromissos fiscais e financeiros, observando principalmente a redução no nível de endividamento ao mesmo tempo em que se mostra capaz de gerar recorrentes superávits orçamentários e primários, importante participação na composição da economia do estado (3,5% no PIB de 2019), ocupando a 2ª posição no *ranking* estadual e 8ª no *ranking* nacional, e vigoroso avanço no indicador de autonomia financeira. Dentre os principais avanços, cumpre mencionar as alterações no sistema de aposentadorias dos servidores, refletindo a capacidade de articulação do poder executivo junto ao legislativo, além de cumprir dentro das metas, e com folga, todos os indicadores desempenho definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Outros fatores avaliados que ampararam a afirmação do *rating* foram: (i) relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) em trajetória decrescente, atingindo 30,6% em 2021, muito abaixo do limite da LRF de 120%; (ii) elevação significativa da arrecadação de ISSQN em 35,1% no último ano, bem como de Transferências Correntes com crescimento de 26,6%; (iii) boa infraestrutura básica, com o registro de bons índices sociais, incluindo a 86ª posição no IDH do Estado e 168ª no IDH nacional; (iv) boa infraestrutura logística pela proximidade com a capital, que permite usufruir da boa logística já instalada (aéreo, ferroviário e rodoviário), fator que reduz a necessidade de realização de investimentos por parte da prefeitura; (v) modernização e melhora de eficiência nos processos de arrecadação tributária, de maneira a estimular o desenvolvimento de novas empresas; (vi) nível de investimentos em relação à RCL apresentando crescimento nos últimos anos, em termos absolutos e proporcionais, garantindo a taxa de 8,5% em 2021 frente 8,1% em 2020 e 7,7% em 2019; (vii) elevado nível do indicador de independência financeira, expresso a partir da razão entre receitas tributárias e receitas correntes, de 52,7%, o que garante boa autonomia ao município frente aos recursos do estado de São Paulo e União Federal; (viii) apesar de apresentar valores relativamente elevados dos passivos contingenciais nos últimos anos, o município de Osasco segue realizando pagamentos dos precatórios, garantindo que a participação relativa às arrecadações passe a diminuir; (ix) resultado atuarial superavitário em dez/21 de R\$8,7 milhões, segundo o DRAA; e (x) IPMO anotou, em 2021 (último dado disponível), saldo com valor de R\$ 521,7 milhões em ativos garantidores, e possui dois sistemas previdenciários: repartição e capitalização.

Analista responsável:Alex Agostini
Tel.: 55 11 3377 0735
alex.agostini@austin.com.brGabriel Ribeiro
Tel.: 55 11 3377 0733
gabriel.ribeiro@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
www.austin.com.br

PERSPECTIVA

No processo de revisão do *rating*, a perspectiva foi definida como estável. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município de Osasco continuará empenhando esforços em políticas administrativas focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na melhoria da gestão do aparelho tributário, com foco nas receitas próprias e gestão dos gastos correntes, como tem ocorrido nos últimos anos. A divulgação dos resultados do desempenho das finanças do Município ao longo de 2022, bem como a efetivação dos diversos programas de aumento da eficiência do aparelho tributário, gestão da previdência social, controle de gastos e investimentos focados no desenvolvimento do setor de serviços, são fatores que reforçam, no futuro, o processo de análise e elevação da perspectiva por essa agência.

DISCLOSURE

As informações obtidas atenderam à metodologia de análise de entes públicos da Austin Rating, que contempla dados de mais de 2.500 municípios e todos os Estados e o Distrito Federal. A maior parte as informações solicitadas foram enviadas, as quais estão disponíveis, em boa parte, no portal da transparência do município. Por essa razão, os dados enviados se mostraram suficientes, em termos de quantidade, para a realização da atribuição do *rating*, evidenciando nível relativamente completo de transparência. A Austin Rating tomou como base para a análise as demonstrações financeiras auditadas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores, bem como informações gerenciais complementares detalhadas disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Osasco.

O *rating* reflete a metodologia da Austin Rating, que considerou a austeridade fiscal espelhada no cumprimento e bons níveis de indicadores de endividamento exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal reportados. Ressalta-se também a boa qualidade na gestão do aparelho tributário, políticas públicas com o intuito de incentivar setores econômicos específicos e relevante grau de independência financeira frente a outros entes federativos.

Cumprir mencionar que a Austin Rating não utiliza procedimentos de auditoria para verificação destas informações. A análise considera a premissa de que as demonstrações financeiras apresentadas refletem a integridade da situação fiscal, financeira e patrimonial do município.

O *disclosure* para a Austin Rating foi considerado satisfatório, com a disponibilidade da maior parte das informações para a avaliação da estratégia da política econômica local, da evolução da estrutura do setor produtivo nos últimos anos, da qualidade da execução orçamentária, da estrutura dos passivos contingenciais e o desempenho atual dos indicadores fiscais, econômicos e sociais do município.

PRINCIPAIS DESTAQUES

- Cumprimento dos indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Bom nível de transparência na publicação dos demonstrativos e relatórios exigidos pela LRF, com disponibilidade a partir de 2006;
- Redução progressiva no nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL que em 2021 foi registrada em 30,6% contra 67,1% em 2015. Vale apontar que o limite da LRF se encontra atualmente em 120%;
- Resultado orçamentário superavitário em 2021 de R\$ 248 milhões contra R\$ 71,8 milhões anotado em 2020 aumento de 245%, e representou 8,4% da Receita Corrente Líquida;
- Aumento importante das receitas tributárias em 2021, da ordem de 27,7% contra alta de 17,5% das despesas correntes;

- Excelente representatividade na economia nacional, ocupando a 8ª posição em termos de PIB nacional (base 2019), além de ocupar a 2ª posição em nível estadual;
- Melhora no ranking estadual do PIB per capita em 2019 para a 15ª posição contra 16ª em 2018;
- Melhora no ranking nacional do PIB per capita em 2019 para a 60ª posição contra 61ª em 2018;
- Maioria da base governista na Câmara dos Vereadores, que amplia a possibilidade de aprovação de projetos encaminhados pelo Executivo;
- Bons níveis de indicadores nas Vinculações Constitucionais em Saúde e Educação, inclusive superando os limites mínimos exigidos pela EC nº 29/00: na Saúde com 15% e na Educação com 25%;
- A Capag do município, calculada e publicada pelo Tesouro Nacional, obteve nota geral A, com os seguintes resultados: Endividamento com Nota A; Poupança Corrente com Nota A e Liquidez com Nota A;
- Baixo índice de analfabetismo (4%) e IDHM considerado de nível alto: sendo o 168º melhor IDHM do País e o 86º do Estado de SP;
- Na avaliação do IDEB, o município cumpriu a meta para o ano de 2019 (último dado disponível) para os anos iniciais do Ensino Fundamental (4ª Série / 5º Ano), que é de responsabilidade exclusiva do município;
- Boa infraestrutura básica, como tratamento de água e esgoto e fornecimento de energia elétrica – a média de cobertura desses serviços está próxima de 100%, acima dos percentuais observados no Estado de SP e no Brasil;
- Melhora marginal na taxa de mortalidade infantil, reduzindo para 10,7 por mil nascidos vivos em 2019 contra 12,4 apurados em 2018, segundo o IBGE;
- Proximidade com a capital paulista (apenas 15 km de distância) permite usufruir de boa infraestrutura logística, estando perto dos principais aeroportos e portos do Estado, além do acesso direto às principais rodovias que ligam ao Sul e Nordeste do País, facilitando o escoamento da produção local;
- O IPMO conquistou nota: “B” e perfil atuarial III, no ISP-RPPS (Indicador de Situação Previdenciária - Regime Público de Previdência Social), que avalia os aspectos relacionados à transparência, gestão, situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência;
- O IPMO encerrou 2021 com o montante de ativos financeiros aplicados de R\$ 521,7 milhões e o demonstrativo de resultados da avaliação atuarial (DRAA) do regime previdenciário revelou superávit R\$ 200,2 milhões;
- Estoque de precatórios com valor de R\$ 610,6 milhões em 2021 representa 19,2% da Receita Corrente Líquida, nível considerado elevado, mas com boas perspectivas de liquidação até 2029 em virtude de acordo com a Câmara de Conciliação de Precatórios.

1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O Município de Osasco possui área total de 64,954 km² e está localizado na Região Metropolitana de São Paulo – a 15 quilômetros da capital. Com população estimada pelo IBGE em 701.428 habitantes (em 2021) representa 1,51% da população do Estado e 0,33% do total do Brasil. O município possui o máximo grau de urbanização, com 100%, e uma densidade populacional de 10.798,8 habitantes por quilômetro quadrado.



O PIB *per capita* do município de Osasco aparece entre as cidades com maior valor do País ao registrar R\$ 117.298,82 em 2019 (último dado disponível pelo IBGE), situando o município na 15ª colocação entre as cidades do Estado para este indicador e acima da média para o Estado de São Paulo (R\$ 34,4 mil) – o município ganhou uma posição em relação ao ranking de 2018 (16º). Já em âmbito nacional, o município também ganhou uma posição e ocupou a 60ª colocação em 2019 contra 62ª posição em 2018.

Entre os oito municípios pertencentes à microrregião de Osasco, apenas Cajamar e Barueri possuem PIB *per capita* superior ao de Osasco, com valor de R\$ 253,0 mil e R\$ 192,6 mil, respectivamente. A cidade de Carapicuíba detém a menor renda *per capita* entre os municípios pertencentes à região, com cifra de R\$ 15,4 mil. Os demais municípios são: Santana de Parnaíba (R\$ 67,5 mil), Itapevi (R\$ 50,7 mil), Jandira (R\$ 33,3 mil) e Pirapora do Bom Jesus (R\$ 25,8 mil). Mesmo considerando a Região Metropolitana de São Paulo, que reúne o total de 39 municípios, Osasco se mantém como a terceira maior renda per capita, também atrás de Cajamar e Barueri.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), do município de Osasco, – que é medido decenalmente e o último é referente ao ano 2010 (PNUD¹), obteve índice de 0,776 sendo, portanto, seu nível de desenvolvimento humano considerado alto e colocando a cidade em 168º lugar no ranking nacional dos municípios. A forma de apuração do IDH é pela média ponderada entre indicadores de renda, longevidade e educação, e seu resultado varia numa escala de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o maior índice atingido revela melhor situação.

Osasco destaca-se por estar situada no rol de municípios com indicadores sociais elevados frente a todo o Estado de São Paulo ocupando a 86ª posição no ranking pelo IDH, que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa média de vida, natalidade, entre outros fatores. Cumpre mencionar que a pontuação alcançada nas três categorias avaliadas é de 0,776 no quesito renda, 0,840 em longevidade e 0,718 referente à educação.

Em termos econômicos, com um PIB calculado pelo IBGE em R\$ 81,9 bilhões para o ano de 2019 e respondendo por 3,5% da economia do Estado, o município de Osasco ocupa a 2ª posição entre as 10 maiores economias do Estado de São Paulo e a 8ª posição no Brasil, ficando à frente de capitais como Fortaleza, Salvador, Recife, Goiânia, entre outras.

1 - PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH varia de 0 a 1, sendo considerado: muito baixo estando no intervalo de 0 a 0,499; Baixo entre 0,500 a 0,599; Médio entre 0,600 a 0,699; Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito alto quando superior a 0,800. O indicador de Osasco é considerado Alto, o mesmo observado em países desenvolvidos.

PIB, PIB PER CAPITA E VALOR ADICIONADO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2019

Valores em R\$ mil, a preços correntes

Municípios	PIB (1)	PIB per Capita Em R\$ (2)	Impostos	VA - Valor Adicionado					População	Participação no PIB do Estado (Em %)
				Agropecuária	Indústria	Serviços		Total (3)		
						Administração Pública	Total			
Estado de São Paulo - Total	2.348.338,0	51.567,7	373.027,5	33.074,7	400.871,8	186.585,7	1.354.778,3	1.975.310,5	45.538.935	100,0
1º São Paulo (SP)	763.806,0	64.666,2	132.477,9	41,8	57.359,9	45.546,3	528.380,1	631.328,0	12.252.023	32,53
2º Osasco (SP)	81.923,6	117.298,8	17.256,3	1,0	3.570,9	2.809,6	58.285,8	64.667,3	698.418	3,49
3º Campinas (SP)	65.874,9	56.438,8	11.636,8	119,3	9.583,5	4.787,2	39.748,1	54.238,1	1.204.073	2,81
4º Guarulhos (SP)	65.165,3	48.687,0	10.626,2	37,7	12.533,7	5.570,5	36.397,2	54.539,1	1.379.182	2,77
5º Barueri (SP)	52.820,5	201.542,7	13.452,5	0,3	4.734,1	2.018,1	32.615,5	39.368,0	274.182	2,25
6º São Bernardo do Campo (SP)	51.066,9	63.208,1	9.486,2	7,6	10.887,5	3.236,7	27.448,9	41.580,8	838.936	2,17
7º Jundiaí (SP)	46.952,3	116.285,1	8.886,3	130,6	9.060,3	2.100,2	26.774,9	38.066,0	418.962	2,00
8º São José dos Campos (SP)	43.457,4	61.828,8	5.582,0	14,8	16.038,6	2.722,1	19.099,9	37.875,3	721.944	1,85
9º Paulínia (SP)	37.374,1	363.010,2	6.037,1	23,5	17.370,0	1.107,4	12.836,1	31.336,9	109.424	1,59
10º Sorocaba (SP)	37.283,4	57.232,8	7.320,0	30,0	8.877,9	2.755,8	18.299,7	29.963,4	679.378	1,59

Fonte: IBGE e SEADE

Elaboração: Austin Rating

(1) O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA Total.

(2) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo IBGE para 2019.

(3) Não inclui o VA da Administração Pública.

Obs.: Dados sujeitos a revisão.

Em termos comparativos à microrregião de Osasco, os dados apontam que a cidade ocupa a primeira posição no Produto Interno Bruto com R\$ 81,9 bilhões, em segundo lugar está Barueri com R\$ 52,8 bilhões, seguido por Cajamar com R\$ 19,4 bilhões, Itapevi com R\$ 12,0 bilhões, Santana de Parnaíba com R\$ 9,4 bilhões, Carapicuíba com R\$ 6,2 bilhões, Jandira com R\$ 4,2 bilhões e Pirapora do Bom Jesus com R\$ 487,8 milhões.

Apesar do bom nível de PIB per capita, o município de Osasco é classificado no grupo 2, denominado “Desigual”, no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), calculado pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o que significa que a cidade tem elevado nível de riqueza, mas baixo grau de longevidade e escolaridade.

No que diz respeito à riqueza, o IPRS apresenta declínio constante nos três últimos anos em que o levantamento foi realizado (2014, 2016 e 2018), colocando o município na 21ª posição em 2018 contra a 18ª em 2014. No mesmo sentido, a posição no ranking de longevidade também tem diminuído, passando de 451ª para 497ª no mesmo período. Contudo, cumpre mencionar que Osasco tem melhorado sua colocação no que tange a educação, haja vista que, mesmo apresentando gradativa melhora, o município passou da 553ª posição para 549ª.

1.1. Diferenciais competitivos

Na última década, a partir da remodelagem em seu sistema arrecadatório, que buscou evitar a bitributação bem como reduzir custos na emissão das notas fiscais, a cidade redirecionou seu desenvolvimento para o foco na inovação. Com isso, atualmente Osasco apresenta economia pujante e tem caminhado para se tornar mais um polo tecnológico brasileiro. Inicialmente apresentando perfil industrial e metalúrgico, ao final de 2021 o município já abrigava 6 das 22 empresas que atingiram valor de mercado acima de US\$ 1,0 bilhão e que possuem sede no Brasil. São elas: 99, Facyl, Ifood, Mercado Livre, Rappi e Uber.

• **Participação por setor de atividade no PIB**

O setor de serviços encerrou 2019 com participação de 71,1% contra 70,0% em 2018, o que representa aumento de 1,1 ponto percentual. Apesar do aumento marginal, esse setor já se encontra consolidado em patamares elevados, de modo que nos últimos cinco anos, a média de participação tem sido de 70,9%. Por outro lado, o setor industrial segue reduzindo sua participação, que atualmente se encontra em 4,4% do PIB municipal. É importante destacar que, em 2010, o valor era de 6,8%. A perda de participação do setor industrial na composição do PIB é reflexo da mudança contínua do município em favor do setor de serviços, refletindo parte da atração de empresas desse segmento.

O setor da agropecuária, apesar de contribuir para o produto municipal, historicamente tem mantido valores muito pequenos quando comparados aos demais setores. Por esse motivo, a participação tem se mantido em 0,0% por toda a série. Por fim, a Administração Pública – AP, que compõe o setor de serviços, continua a reduzir a sua participação e, em 2019, representou 3,4% do PIB. Esta dinâmica de queda contínua da participação da AP é consequência direta do fomento à iniciativa privada no decorrer da década.

Mesmo considerando que o valor adicionado pelo setor público tem aumentado nos últimos anos, a iniciativa privada tem apresentado crescimento superior e, dessa maneira, em termos percentuais, sobressai à administração pública. Cumpre mencionar que a capacidade das empresas da região tem apresentado resiliência, pois, mesmo em meio à crise econômica no biênio 2015-2016, não ocorreu retração.

MUNICÍPIO DE OSASCO - PIB, PIB PER CAPITA E VALOR ADICIONADO 2010-2019

Valores em R\$ mil, a preços correntes

ANO	PIB (1)	PIB per Capita Em R\$ (2)	Impostos	VA - Valor Adicionado					População	Participação no PIB do Estado SP (Em %)
				Agropecuária	Indústria	Serviços		Total		
						Administração Pública	Total (3)			
2010	43.499.785,2	65,3	8.577.136,0	407,0	2.955.428,0	1.707.068,0	30.259.746,0	34.922.649,0	666.469	3,36%
2011	47.614.554,5	71,3	9.974.583,0	404,0	3.077.381,0	1.911.697,0	32.650.490,0	37.639.972,0	667.826	3,31%
2012	50.059.467,8	74,8	10.532.264,0	472,0	2.957.274,0	2.010.881,0	34.558.577,0	39.527.204,0	668.877	3,21%
2013	54.335.844,6	78,6	12.034.551,0	584,0	3.218.079,0	2.281.339,0	36.801.292,0	42.301.294,0	691.652	3,17%
2014	60.834.519,8	87,7	12.510.361,0	627,0	3.261.690,0	2.498.419,0	42.563.423,0	48.324.159,0	693.271	3,27%
2015	65.912.984,6	94,9	13.030.758,0	747,0	3.217.638,0	2.732.482,0	46.931.359,0	52.882.226,0	694.844	3,40%
2016	75.683.470,0	108,7	15.729.561,0	947,0	3.704.862,0	2.626.850,0	53.621.250,0	59.953.909,0	696.382	3,71%
2017	77.927.043,1	111,7	16.086.544,0	1.009,0	3.506.091,0	2.701.829,0	55.631.570,0	61.840.499,0	697.886	3,67%
2018	76.607.992,4	109,9	16.864.341,0	957,0	3.408.300,0	2.720.876,0	53.613.518,0	59.743.652,0	696.850	3,47%
2019	81.923.606,5	117,3	17.256.265,0	983,0	3.570.946,0	2.809.643,0	58.285.770,0	64.667.342,0	698.418	3,49%

Fonte: IBGE e SEADE

Elaboração: Austin Rating

(1) O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA Total.

(2) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo IBGE.

(3) Não incluí o VA da Administração Pública.

Obs.: Dados sujeitos a revisão.

• **Mercado de Trabalho – Emprego Formal por Setor de Atividade – CAGED**

O emprego formal (com carteira assinada) na cidade de Osasco encerrou o mês de junho de 2022 com contingente de 177.529 pessoas, e anotou aumento de 11,2% sobre o estoque observado no mesmo mês de 2021, na série com ajuste. Apesar da conjuntura macroeconômica nacional entrar em recessão em 2020 em função da pandemia de COVID-19, a cidade de Osasco se mostrou suficientemente capaz de recuperar as perdas entre março e maio de 2020, e seu estoque

atual de empregados já se encontra em patamares maiores ao apurado no período pré-pandemia, quando era registrado 153.541 (referente a fevereiro de 2020), portanto, alta de 18,6%.

Segundo dados compilados pelo SEADE com base nos dados do Caged, o setor de serviços possui a maior participação, com 61,4% de todos os empregos formais da cidade de Osasco em jun/2022, o que representa o contingente de 108.822 trabalhadores, aumento de 14,1% sobre o ano de 2021. Em contrapartida, o setor de comércio demonstrou contração de 1,3 p. p. frente ao mesmo mês no ano anterior, na composição do estoque de emprego, passando de 26,4% em jul/21 para 25,1% em 2022. Mesmo apresentando tal redução, o estoque de empregados se mostra maior, pois, enquanto em 2021 o total era de 42.398, atualmente já alcança 44.448, aumento de 4,8%.

É importante destacar que todos os setores já contam com um número de empregados maior que nos meses anteriores ao início da pandemia. Dentre os cinco setores, aquele que apresentou maior tempo de recuperação foi o da indústria, sendo necessário 18 meses para retornar aos patamares de fev/20. Em adicional, a indústria já conta com 16.239 trabalhadores no último dado disponível, número 1,6% maior que no final de 2021. Por outro lado, a construção apresentou a menor variação frente aos demais setores, quando comparado ao mês de julho/21 e 2022, representando acréscimo de 4,2% no período.

OSASCO - TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS - 2021 / 2022

Período	EVOLUÇÃO MENSAL DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL					
	Total	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
jan/21	151.232	13	41.586	6.287	15.232	88.114
fev/21	152.566	13	41.602	6.539	15.410	89.002
mar/21	154.551	16	41.518	6.687	15.494	90.836
abr/21	156.994	16	41.458	6.901	15.533	93.086
mai/21	158.786	17	41.949	7.054	15.519	94.247
jun/21	160.709	17	42.398	7.315	15.544	95.435
jul/21	165.761	20	43.106	7.520	15.644	99.471
ago/21	168.702	20	43.832	7.662	15.722	101.466
set/21	171.100	20	44.168	7.879	15.957	103.076
out/21	172.622	20	44.512	7.901	16.064	104.125
nov/21	175.751	19	45.365	7.818	16.121	106.428
dez/21	175.403	18	45.521	7.710	15.976	106.178
jan/22	174.791	19	45.050	7.847	16.041	105.834
fev/22	175.583	20	45.169	7.976	15.996	106.422
mar/22	175.383	22	45.018	7.973	16.065	106.305
abr/22	176.303	24	45.317	7.807	16.049	107.106
mai/22	177.159	21	45.175	7.673	16.174	108.116
jun/22	177.150	22	44.448	7.619	16.239	108.822

Dados acumulados no período

Jun/20	147.177	15	40.131	6.315	14.693	86.023
Jun/21	160.709	17	42.398	7.315	15.544	95.435
Jun/22	177.150	22	44.448	7.619	16.239	108.822
	Participação ->	0,01%	25,1%	4,3%	9,2%	61,4%
Var.% 21/20	9,2%	13,3%	5,6%	15,8%	5,8%	10,9%
Var.% 22/21	10,2%	29,4%	4,8%	4,2%	4,5%	14,0%

Fonte: SEADE/ MTE - NOVO CAGED

Elaboração: Austin Rating

1.2. Comércio exterior

O comércio exterior de Osasco, entre janeiro e julho de 2022, registrou déficit de US\$ 287,2 milhões, fruto de exportações de US\$ 66,1 milhões e importações de US\$ 353,3 milhões. Nesse período, as exportações apuraram crescimento de 35,9% sobre o resultado de 2021, quando registrou US\$ 48,6 milhões, enquanto nas importações houve retração de 4,8%. Por último, a corrente de comércio, que representa a soma de exportações e importações, apresentou variação negativa de 0,1%, com valor total de US\$ 419,4 milhões.

As exportações de Osasco, no decorrer dos sete meses de 2022, responderam por 0,16% do total realizado pelo Estado de São Paulo, participação ligeiramente menor quando comparada ao final de 2021 (0,17%). Com relação ao total exportado pelo Brasil, o município participou com 0,03% no total das exportações, valor esse similar ao do ano anterior. Na participação das importações de Osasco, em relação ao Estado, o dado mais recente indica 0,78%, e, na participação do País, encontra-se atualmente em 0,23%.

Cumpra mencionar a tendência declinante das transações externas no último decênio (2021-2012), haja vista que, neste período, as exportações se retraíram em 6,5% na média anual e, em menor nível, as importações apresentaram redução de 1,9%. Como consequência direta desses valores, a corrente de comércio apontou queda de 2,6% na mesma base de comparação.

Ao final de julho de 2022, a cidade de Osasco ocupou a 99ª colocação no *ranking* estadual de exportações e, também no ranking de exportações, mas no contexto nacional, o município passa a ser posicionado na posição 388ª. No *ranking* estadual de importações, a cidade ocupa a 31ª posição, enquanto no *ranking* nacional fica na posição 94ª.

Balança Comercial - Município de Osasco

(US\$ Milhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
2010	163,4	803,3	-639,9	966,7
2011	202,8	918,7	-715,9	1.121,6
2012	187,0	798,7	-611,7	985,7
2013	180,0	1.034,1	-854,1	1.214,1
2014	172,4	912,4	-740,0	1.084,9
2015	133,3	707,0	-573,7	840,3
2016	98,6	622,1	-523,5	720,6
2017	115,9	679,3	-563,4	795,2
2018	106,3	708,3	-602,0	814,6
2019	92,9	766,4	-673,4	859,3
2020	72,2	557,7	-485,5	629,9
2021	95,1	660,9	-565,7	756,0
Jan-Jul/2021	48,6	371,1	-322,5	419,7
Jan-Jul/2022	66,1	353,3	-287,2	419,4
CAGR - 2021-2012	-6,5%	-1,9%	-	-2,6%
Var% 21/20	31,8%	18,5%	-	20,0%
Var% 22/21	35,9%	-4,8%	-	-0,1%

Fonte: MDIC/Secex

Elaboração: Austin Rating

CAGR = Taxa de Crescimento anual Composta (*Compound Annual Growth Rate*)

1.2.1. Principais Produtos Exportados e Importados

Entre os produtos mais exportados no decorrer de 2022, estão: Partes e acessórios dos veículos automóveis com US\$ 16,0 milhões (aumento de 52,2% em relação ao mesmo período em 2021) e participação de 24%, seguido por Cordas, cabos, entrançados, lingas e artefatos semelhantes no valor de US\$ 7,8 milhões (expansão de 34,2%) e participação de 12%; Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária com US\$ 6,5 milhões (variação de 43,9%) e participação de 9,9%; Fios de ferro ou aço não ligado com US\$ 4,0 milhões (aumento de 4,2%) e participação de 6,0%; Desperdícios, resíduos e sucata de ferro com US\$ 2,9 milhões (alta de 104,6%) e participação de 4,3% no total exportado pelo município. Vale destacar que os dez principais itens exportados representaram 71,3%.

Entre os produtos mais importados estão: Partes e acessórios dos veículos automóveis com US\$ 56,2 milhões (alta de 12,8%) e participação de 16%, seguido por Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária com US\$ 42,3 milhões (crescimento de 7,2%) e participação de 12%; Peixes frescos ou refrigerados com US\$ 19,5 milhões (alta de 14,7%) e participação de 5,5%; Artigos e aparelhos ortopédicos, incluídas as cintas e fundas médico-cirúrgicas e as muletas com US\$ 19,4 milhões (variando 4,0%) e participação de 5,5%; Transformadores elétricos, conversores e bobinas em US\$ 13,7 milhões (alta de 21,6%) e participação de 3,9% do total importado pelo município. Os dez principais itens importados por Osasco responderam por 54,8% no acumulado de janeiro a julho.

1.2.2. Principais Parceiros Comerciais

• Exportações

Dentre os parceiros comerciais, o principal destino das exportações de Osasco foi a Argentina, que respondeu por US\$ 27,4 milhões (ou 42% do volume total exportado), e cresceu 48,6% que compara os valores até julho de 2022 e 2021. O Chile ficou em segundo lugar com US\$ 6,3 milhões e participação de 9,5%, seguido pelos Estados Unidos com US\$ 5,3 milhões e participação de 8,0% do total.

Os dez principais destinos das exportações de Osasco nesse período responderam por 83,6% do total, o que demonstra um elevado nível de concentração de destino, em especial relativo à América Latina. Desse modo, a performance do setor exportador mostra-se correlacionada em grande grau ao desempenho econômico dessa região, com destaque para a Argentina, haja vista que ela concentra mais de um terço.

• Importações

Quanto aos países que o município de Osasco mais importou produtos, são eles: Os Estados Unidos com US\$ 85,4 milhões (queda de 2,4%) e representou 24% da pauta, seguida pela China com US\$ 42 milhões (redução de 34,9% sobre 2020) e participação de 12%; Chile com US\$ 31,1 milhões (variação positiva de 24,2%) e participação de 8,8%; Itália com US\$ 21,7 milhões (acréscimo de 1%) e participação de 6,1%; e Alemanha, com US\$ 17,8 milhões (variação positiva de 32,2%), participando em 5,0% do todo.

Os dez principais países de origem das importações de Osasco responderam por 76,9% do total e, além disso, a participação individual dos países apresenta maior diversificação em relação às exportações, o que garante maior segurança à capacidade de adquirir insumos necessários à cidade.

1.3. Infraestrutura

A cidade de Osasco é beneficiada pela boa localização geográfica, pois está ao lado da capital paulista e tem acesso privilegiado a uma das melhores infraestruturas logísticas do País, com diversificada malha de transportes, além da proximidade dos principais aeroportos e portos para realização de negócios e escoamento da produção.

- **Rodovias**

Algumas das principais rodovias do Estado passam pela cidade: Rodovia Presidente Castelo Branco e Rodovia Raposo Tavares, além do fácil acesso às Rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, sendo que os distritos industriais localizam-se às margens destas rodovias, que também se beneficia pelo Rodoanel Mario Covas, o qual é hoje um importante complexo viário de escoamento e distribuição da produção, seja para consumo doméstico ou exportação.

Além do acesso às principais rotas rodoviárias, é importante destacar que a conclusão do trecho norte do Rodoanel, com 44 km, permitirá acessar rodovias como a Presidente Dutra, Rod. Fernão Dias e Rod. Ayrton Senna, com benefícios crescentes para as empresas localizadas no município em termos de tempo e custo.

- **Aeroportos e Portos**

A cidade está em posição privilegiada de acesso aos principais aeroportos e porto do estado. O município de Osasco está localizado a 21km do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, a 42km do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, e a 57km do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional, em São Roque.

Já em relação ao Porto de Santos – um dos principais do país –, a cidade está a 120km de distância, fato que contribui para o processo de distribuição aos grandes centros consumidores internos e externos, além de ser uma rota alternativa de acesso a todo o litoral sul de São Paulo e a região Sul do país.

- **Ferrovias**

O transporte ferroviário possui papel importante para a cidade com relação à mobilidade humana. O município contempla as linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda, que interligam os usuários aos principais ramais de trens e metrô do Estado de São Paulo, e trafegam aproximadamente 1,1 milhão de passageiros por dia.

A empresa ViaMobilidade é a concessionária responsável pela operação e manutenção das linhas e assinou contrato de concessão com o governo do Estado por um período de 30 anos (até jul/2051), com foco em ações de sustentabilidade por meio de atividades relacionadas ao bem estar social e saúde dos usuários.

1.4. Educação e Saúde

- **Educação**

O município de Osasco mantém nível de escolaridade acima dos observados no Estado de São Paulo e no Brasil, com 96% da população alfabetizada. O Município conta ainda com uma FATEC e duas ETECs (faculdade e escolas profissionalizantes, públicas), SENAI, SESI, SESC, SENAC, além de 7 instituições de ensino universitário certificados pelo Ministério da Educação, e que oferecem 38 cursos de formação e extensão, e inúmeras instituições focadas no ensino profissionalizante.

Como destacado anteriormente, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,776 (dados de 2010 – último disponível), o que é considerado um índice de alto desenvolvimento humano, segundo metodologia da ONU (Organização das Nações Unidas), e o coloca na 49ª posição entre todos os municípios da Federação e 36º entre os municípios do Estado de SP. Tal colocação demonstra que a cidade de Osasco possui bons níveis de renda, educação e longevidade, conforme dados do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas). Especificamente em relação ao índice de educação do IDH, a cidade de Osasco atinge 0,718 na escala entre 0 e 1, sendo considerado alto desenvolvimento nessa categoria.

- **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O IDEB é apresentado numa escala de zero a dez, é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 - correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (4ª Série / 5º ano), que é de responsabilidade do município, de 2011 a 2013 Osasco se mostrou incapaz de atender a meta, contudo, a partir de 2015 até 2019, apresentou resultados alinhados às metas definidas pelo MEC, o que demonstra melhora na qualidade do aprendizado. Já nos anos finais (8ª Série / 9º ano), que é de responsabilidade do estado de São Paulo, o resultado tem permanecido em condição insuficiente desde 2013, com notas muito abaixo daquilo que foi estabelecido.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Períodos	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (4ª série / 5º ano)					
	Osasco		Estado de SP		Brasil	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta
2005	4,5	-	4,5	-	3,8	-
2007	4,6	4,6	4,8	4,6	4,2	3,9
2009	4,8	4,9	5,3	4,9	4,6	4,2
2011	5,0	5,3	5,4	5,3	5,0	4,6
2013	5,2	5,6	5,8	5,6	5,2	4,9
2015	5,9	5,8	6,2	5,8	5,5	5,2
2017	6,1	6,1	6,5	6,1	5,8	5,5
2019	6,3	6,3	6,5	6,3	5,9	5,7
2021	-	6,6	-	6,6	-	6,0

Fonte: MEC, INEP, SAEB e Censo Escolar

Elaboração: Austin Rating

Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Períodos	Anos Finais do Ensino Fundamental (8ª série / 9º ano)					
	Osasco		Estado de SP		Brasil	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta
2005	3,7	-	3,8	-	3,5	-
2007	3,8	3,8	4,0	3,9	3,8	3,5
2009	4,1	3,9	4,3	4,0	4,0	3,7
2011	4,4	4,2	4,4	4,3	4,1	3,9
2013	4,3	4,6	4,4	4,7	4,2	4,4
2015	4,3	5,0	4,7	5,1	4,5	4,7
2017	4,4	5,2	4,9	5,3	4,7	5,0
2019	4,8	5,5	5,2	5,6	4,9	5,2
2021	-	5,7	-	5,8	-	5,5

Fonte: MEC, INEP, SAEB e Censo Escolar

Elaboração: Austin Rating

Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal

- **Saúde**

Na área da Saúde, a cidade de Osasco tem apresentado bons indicadores. De acordo com últimos dados de 2019 do IBGE e SEADE, o Município possui um total de 980 leitos para internação, com 69,6% representados por leitos de domínio do SUS e 30,4% de outras naturezas.

As vinculações constitucionais para área da saúde exigem investimentos mínimos de 15% da despesa própria sobre as receitas líquidas de impostos e transferências, e o município destinou 25,4% em 2021, valor esse alinhado com a média observada nos últimos cinco anos, que é de 25,5%. Esse fato mostra que o Município tem se empenhado na aplicação de suas políticas sociais, com ao menos 10 pontos percentuais acima do que é exigido pela lei.

Com relação à taxa de mortalidade infantil, segundo dados do IBGE, em 2019 o município anotou índice de 10,66 óbitos por mil nascidos vivos contra 12,44 anotados em 2018. Apesar da variância observada nos últimos dados, a melhora recente do indicador de mortalidade infantil está relacionada ao grau de investimento na área, impactando assim a qualidade dos serviços de acompanhamento e assistência pré-natal.

2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2.1. Sistema de governo

O sistema de governo no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, Rogério Lins Wanderley, integra a legenda do Podemos (PODE). Está à frente da prefeitura de Osasco pelo segundo mandato consecutivo, sendo reeleito prefeito no primeiro turno da última eleição para o mandato 2021/2024, com 60,94% dos votos válidos, ou seja, 204.207 votos.

A Câmara Municipal é composta por 21 vereadores eleitos para mandato de quatro anos e a maioria compõe a base governista, o que é um fator favorável, visto que restringe significativamente as chances de reprovação de projetos encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

3. CONTAS PÚBLICAS

3.1. Servidores públicos municipais

O quadro de servidores públicos de Osasco, relacionados à Administração Direta, encerrou 2021 com total de 15.850 servidores. Na comparação com 2020, houve recuo de 1,4%. Após o aumento do número de servidores registrado em 2013 (3,6%) e 2014 (3,0%), alcançando o total de 20.968 trabalhadores, observa-se acentuada redução de modo que, entre 2014 e 2021, o contingente foi reduzido em 24,4%, com impacto positivo sobre a Despesa com Pessoal.

Em 2021, o município reforçou sua austeridade, pois, o quadro de servidores está em linha com os indicadores de gastos com pessoal e encargos sociais no poder Executivo com 35,33% da RCL e está em conformidade com o limite máximo de 54% da RCL previsto na LRF.

Por falta de informações no portal da Câmara de vereadores, não foi possível obter o índice de gasto consolidado com pessoal, que inclui o poder Legislativo.

O resultado no indicador de gasto com pessoal e encargos sociais do poder Executivo sobre a Receita Corrente Líquida reflete positivamente sobre a classificação do *rating* do município, visto que houve redução no último ano e cumpre com margem os princípios da LRF.

QUADRO DE SERVIDORES PREFEITURA DE OSASCO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SERVIDORES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativos	19.645	20.355	20.968	17.598	18.402	16.496	16.408	15.797	16.083	15.850
Inativos e Pensionistas	n.i.									
Total parcial	19.645	20.355	20.968	17.598	18.402	16.496	16.408	15.797	16.083	15.850
Var.% ano	-	3,6%	3,0%	-16,1%	4,6%	-10,4%	-0,5%	-3,7%	1,8%	-1,4%

Fonte: Portal da Transparência de Osasco
 n.i.: não informado

Elaboração: Austin Rating

3.2. Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Osasco estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício de 2022 no valor de R\$ 4.079.032.694,00 (Quatro bilhões, setenta e nove milhões, trinta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro reais), incluídas as Receitas e Despesas das Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Município, registrando avanço nominal de 30,2% em relação ao orçamento de 2021 (R\$ 3.132.827.353,00).

As receitas correntes respondem por 95,0% das receitas brutas da administração direta (R\$ 3.873,5 milhões), sendo que as receitas tributárias representam 53,8% do total das receitas correntes, enquanto as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.) representam 37,8%, valores estes que comparados ao orçamento de 2021 revelam redução marginal da independência do município em relação aos recursos das transferências intragovernamentais.

As despesas foram orçadas e segregadas em: Educação com participação de 27,8% e Saúde 21,3%, totalizando 49,1% somente com essas duas rubricas. Além do orçamento para Educação e Saúde, que são vinculações constitucionais, a maior despesa orçada foi Administração Direta com R\$ 701,3 milhões (17,2% do orçamento) e Urbanismo com R\$ 349,4 milhões (ou 8,6% do orçamento).

Entre 2015 e 2022, o orçamento estimado cresceu 71,5% no acumulado, ou média anual de 7,0%. A taxa de expansão estimada para 2022 (30,2%) se situa acima da média apurada nos 5 anos anteriores. Essa grande diferença pode ser explicada em função da retomada da capacidade de arrecadação e a redução do valor projetado no ano anterior (2021). Enquanto o primeiro motivo é reflexo do avanço da atividade econômica, em consequência ao avanço do programa de vacinação, e o segundo motivo é decorrente do recuo do valor disponibilizado pelo município em 2021, pois, com relação à variação do orçamento entre 2020 e 2021, ocorreu queda de 6,6%.

MUNICÍPIO DE OSASCO
QUADRO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
- ORÇAMENTO 2022 -

RECEITAS	R\$ milhões	Part. %	DESPESAS	R\$ milhões	Part. %
1. Receitas Correntes	3.873,5	95,0%	Educação	1.134,0	27,8%
Receitas Tributárias	2.084,7	51,1%	Saúde	869,3	21,3%
Receita de Contribuições	115,0	2,8%	Administração Direta	701,3	17,2%
Receita Patrimonial	140,3	3,4%	Urbanismo	349,4	8,6%
Receita de Serviços	15,5	0,4%	Previdência Social	281,7	6,9%
Transferências Correntes	1.464,6	35,9%	Assistência Social	124,0	3,0%
Outras Receitas Correntes	53,5	1,3%	Habitação	120,2	2,9%
2. Receitas de Capital	157,9	3,9%	Segurança Pública	107,3	2,6%
Operações de Crédito	54,4	1,3%	Direitos da Cidadania	47,1	1,2%
Alienação de Bens	0,0	0,0%	Trabalho	38,0	0,9%
Transferências de Capital	103,6	2,5%	Comunicações	34,4	0,8%
3. Deduções da Receita (*)	168,7	4,1%	Saneamento	32,1	0,8%
3. Receitas Intraorçamentárias	216,3	5,3%	Cultura	29,1	0,7%
Receita de Contribuições	146,3		Reserva de Contingência	27,8	0,7%
Outras Receitas	70,0		Desporto e Lazer	27,1	0,7%
			Gestão ambiental	21,7	0,5%
			Transporte	21,6	0,5%
			Comércio e Serviços	17,1	0,4%
			Legislativa	79,62	2,0%
			Judiciária	16,25	0,4%
TOTAL RECEITAS	4.079,0	100,0%	TOTAL DESPESAS	4.079,0	100,0%

Fonte: Portal da Transparência de Osasco; LOA-2022

Elaboração: Austin Rating

3.3. Capacidade de arrecadação

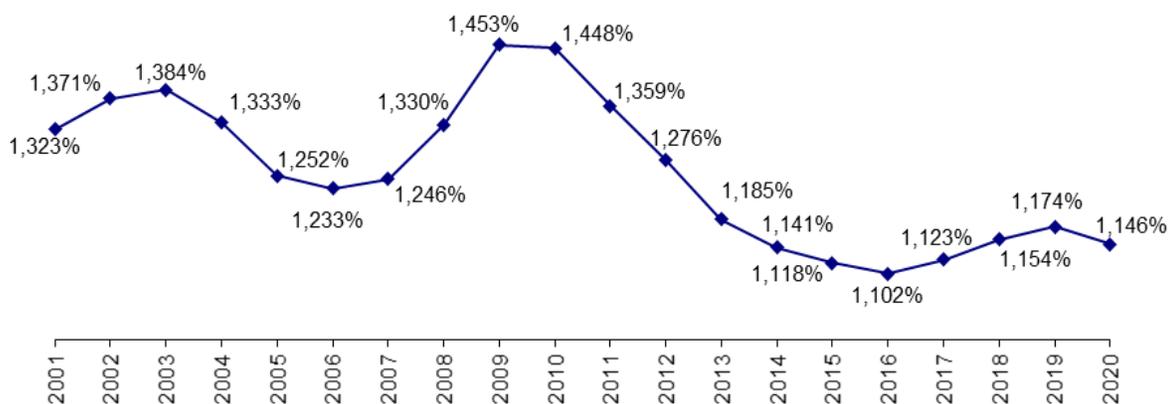
O Município possui bom nível de recebimento de receitas oriundas das transferências correntes do Estado e da União, refletindo sua capacidade na geração de receitas por meio da atividade econômica local. Em 2021, as transferências correntes representaram 41,0% do total das receitas correntes, contra 41,4% apurado em 2020. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISSQN, IPTU, ITBI e IRRF, que juntos representaram 95,5% do total das receitas tributárias e 50,3% das receitas correntes em 2021. Em comparação com os dois anos anteriores, a participação do ISSQN, IPTU, ITBI e IRRF nas receitas tributárias e receitas correntes se manteve relativamente estável (95,0% e 50,9% na média, respectivamente).

Em 2021, o Município recebeu em transferências correntes líquidas a cifra de R\$ 1,4 bilhão contra R\$ 1,1 bilhão em 2020, anotando aumento de 26,6%. Conforme observado, essa variação expressiva é decorrente da recuperação econômica de 2021 frente ao ano anterior recessivo. As transferências correntes de maior relevância são as provenientes do Estado, representando 44,4%.

• **IPM-QP ICMS – Índice de Participação do Município Quota-Parte ICMS**

Em 2020, o IPM de Osasco (Índice de Participação dos Municípios – Quota-Parte ICMS) apresentou ligeira redução frente a 2019, passando de 1,174 contra 1,146%, variando assim em 0,028 ponto percentual. Nota-se que no decorrer dos últimos dez anos, o município tem diminuído sua participação no índice, haja vista que em 2009 alcançou 1,453% tendo como principal explicação a relação entre os valores adicionados do município e do estado de São Paulo.

Índice de Participação do Município - Osasco
Quota-Parte ICMS
(Ano Base)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP

Elaboração Austin Rating

É importante destacar que a definição da transferência de recursos do ICMS arrecadado pelo Estado para os municípios é realizada conforme os coeficientes determinados para cada cidade e um dos pontos determinantes é o tamanho do PIB do município que, nesse caso, é favorável à Osasco, tendo em vista que a cidade ocupa a 2ª colocação no ranking estadual, com participação de 3,5% no PIB do Estado em 2019. Por outro lado, a taxa de crescimento do valor adicionado nos últimos 5 anos tem se mostrado menor do que no início da década. Com isso, a cota parte tende a se reduzir.

O índice é calculado a partir das seguintes variáveis e pesos:

I – Valor Adicionado: 76% com base na relação percentual entre o valor adicionado ocorrido em cada município e o valor total do Estado, pela média dos dois exercícios anteriores ao da apuração;

II – População: 13% com base no percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento demográfico geral realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

III – Receita Tributária Própria: 5% com base no percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma das receitas tributárias próprias de todos os municípios paulistas; Considera-se Receita Tributária Própria a contabilizada no exercício anterior ao da apuração, proveniente exclusivamente da arrecadação dos impostos previstos no artigo 156, incisos I a III, da Constituição Federal.

IV – Área Cultivada: 3% com base no percentual entre a área cultivada de cada município e a soma de todas as áreas cultivadas do Estado existentes no exercício anterior, levantadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

V – Área Inundada: 0,5% com base no percentual entre a área dos reservatórios de água de cada município e a soma das áreas de todos os reservatórios do Estado existentes no exercício anterior, para fins de geração de energia elétrica, levantadas pela Secretaria de Energia;

VI – Área Protegida: 0,5% com base nos índices de área protegida, observados os critérios estabelecidos no Anexo da Lei 8.510/93, calculados pela Secretaria do Meio Ambiente;

VII – Componente Fixo: 2% dividido pelo número de municípios do Estado, hoje 645, em igualdade de condições.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Resultado orçamentário (Receitas e Despesas Empenhadas)

Em 2021, o Município de Osasco apurou Receitas Totais de R\$ 3,746 bilhões, com crescimento de 25,2% sobre o resultado de 2020 (R\$ 2,993 bilhões). O resultado de 2021 foi composto por R\$ 3,440 bilhões de Receitas Correntes, mais R\$ 162,8 milhões em Receitas de Capital e de R\$ 143,4 milhões de Receitas Intraorçamentárias. As Despesas Totais do Poder Executivo empenhadas, por sua vez, atingiram R\$ 3,498 bilhões, com alta de 19,7% sobre 2020 (R\$ 2,921 bilhões). As Despesas Correntes foram de R\$ 2,901 bilhões, as Despesas de Capital de R\$ 453,2 milhões e as Despesas Intraorçamentárias da ordem de R\$ 143,4 milhões. Dentre as maiores variações, cumpre destacar o aumento de 58,1% no valor empenhado às despesas com amortização de dívida, que em 2021 alcançaram 179,8 milhões.

Com os resultados de Receitas e Despesas supracitados, em 2021, houve registro de superávit orçamentário da ordem de R\$ 248,0 milhões, pelo sexto ano seguido. Em especial no ano de 2020, nota-se a capacidade do município em fazer frente às condições adversas, pois em meio à pandemia de COVID-19, conseguiu anotar superávit de R\$ 71,8 milhões.

4.1.1. Receitas

Entre os componentes da Receita Total, um dos destaques foi a rubrica de ISSQN com R\$ 1,18 bilhão e alta de 35,1% sobre 2020. Também se destacou a rubrica de transferências correntes com R\$ 1,409 bilhão e alta de 26,6% sobre o valor de 2020 (R\$ 1,113 bilhão). Apesar dos destaques, é necessário pontuar que, dada a retomada econômica após o surto de COVID-19, houve aumento de arrecadação em todas as rubricas, com exceção apenas de IRRF (-0,2%). Apesar dessa elevação arrecadatória, é válido apontar que, de maneira similar à tendência do crescimento do setor de serviços no PIB do município, o ISSQN tem aumentado sua participação na arrecadação, de modo que em 2021 correspondeu a 68,4%.

Com relação ao índice que classificamos como autonomia tributária, que é a relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes, houve avanço significativo no decorrer dos últimos sete anos pois, enquanto em 2015 o indicador era de 38,3%, em 2021 já alcançava 52,7%. Apesar do recuo recente, a partir de 2019, quando registrou 54,4%, ao considerar a série completa do indicador, verifica-se que o município tem aumentando sua independência frente aos recursos oriundos do estado e União bem como o valor arrecadado tem crescido anualmente. Isso contribuiu positivamente na classificação do *rating* em virtude tanto pela maior independência financeira, como por elevar o potencial dos investimentos públicos que, por sua vez, reflete na melhora na qualidade de vida e padrão de consumo da sociedade e será revertido em maior nível de receita ao município no médio e longo prazo.

4.1.2. Despesas empenhadas

As Despesas Totais apuraram, em 2021, saldo de R\$ 3,498 bilhões, representando aumento de 19,7% sobre 2020 após anotar alta de 11,4% em 2020. Já as Despesas Correntes, que representaram 82,9% do total (ou R\$ 2,901 bilhões), registraram expansão de 17,5% sobre o valor de 2020 (R\$ 2,468 bilhões). A rubrica de Outras Despesas Correntes, que

representou 60,6% das despesas correntes (ou R\$ 1,76 bilhão), e que contempla: compra de matérias-primas e bens de consumo (ex: veículos), serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio), anotou expansão de 24,6%. As despesas com pagamento de Juros e Encargos da Dívida, por sua vez, variaram expressivos 465,6% com valor de R\$ 19,5 milhões contra apenas R\$ 3,5 milhões em 2020. Porém, vale destacar que sua participação no total das despesas correntes é de apenas 0,7%. Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram moderadamente em 6,6%.

As Despesas de Capital, que inclui os Investimentos e Amortização da Dívida, apresentaram aumento de 39,5% totalizando R\$ 453,2 milhões contra R\$ 324,8 milhões em 2020, explicada principalmente pela variação de 29,3% na rubrica Investimentos com valor de R\$ 271,6 milhões. Já a rubrica amortização da dívida anotou alta de 58,1% elevando o valor para R\$ 179,8 milhões contra R\$ 113,8 milhões em 2020.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE OSASCO

RECEITA E DESPESA - EMPENHADAS

DISCRIMINAÇÃO	valores a preços correntes (R\$ milhões)						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS TOTAL	1.958,8	2.145,3	2.236,9	2.409,7	2.834,2	2.992,9	3.745,8
RECEITAS CORRENTES	1.853,5	2.022,1	2.135,2	2.285,0	2.682,3	2.689,4	3.439,6
RECEITA TRIBUTÁRIA	710,4	800,8	861,3	1.120,5	1.458,7	1.419,2	1.812,3
IMPOSTOS	677,1	760,4	816,9	1.059,2	1.385,9	1.348,5	1.730,3
IPTU	218,6	239,4	261,6	311,9	331,6	332,2	386,0
ISSQN	385,6	432,3	464,4	639,0	931,3	875,4	1.183,1
ITBI	28,3	39,0	35,4	51,1	52,1	54,4	75,0
IRRF	44,5	49,8	55,5	57,2	70,9	86,4	86,2
TAXAS	33,3	40,3	44,4	61,4	72,8	70,7	82,0
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	55,4	64,6	69,4	76,7	84,5	96,1	109,1
RECEITA PATRIMONIAL	42,9	39,7	99,9	23,2	25,9	7,8	25,7
RECEITA DE SERVIÇOS	19,5	15,8	13,7	11,0	13,7	12,7	13,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	934,8	946,1	980,3	1.006,9	1.052,5	1.113,2	1.409,0
(-) CONTAS REDUTORAS (COTA-PARTE ICMS, FPM, IPI Exp)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90,4	155,2	110,6	46,7	46,9	40,4	70,2
RECEITAS DE CAPITAL	21,9	35,5	8,9	20,2	35,5	165,7	162,8
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	8,8	13,7	158,5	144,9
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21,9	34,7	8,9	11,4	21,8	7,2	18,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	83,4	87,8	92,9	104,5	116,4	137,9	143,4
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	83,4	87,8	92,9	104,5	116,4	137,9	143,4
DESPESAS TOTAL	1.973,0	2.040,2	2.035,4	2.293,7	2.621,4	2.921,2	3.497,8
DESPESAS CORRENTES	1.700,6	1.823,2	1.802,8	2.020,4	2.289,0	2.468,2	2.901,2
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	863,6	933,5	957,8	955,7	1.021,3	1.053,9	1.123,9
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19,5	2,5	7,1	6,5	6,4	3,5	19,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	817,5	887,2	837,8	1.058,2	1.261,3	1.410,9	1.757,8
DESPESAS DE CAPITAL	186,9	128,1	139,8	167,3	215,5	324,8	453,2
INVESTIMENTOS	158,7	107,7	114,7	137,7	191,3	210,0	271,6
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,8
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	28,2	20,4	25,0	29,6	24,2	113,8	179,8
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	85,5	88,9	92,8	106,0	116,9	128,2	143,4
SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)	-14,2	105,2	201,6	116,0	212,8	71,8	248,0
RESULTADO PRIMÁRIO (% da RCL)	2,4%	1,9%	8,9%	1,6%	7,2%	1,1%	8,4%
RESULTADO PRIMÁRIO	40,5	35,6	174,9	34,3	178,4	29,8	266,6

Fonte: Portal da Transparência de Osasco

Elaboração: Austin Rating

4.2. Resultado Orçamentário e Primário

O resultado primário foi superavitário em R\$ 266,6 milhões em 2021, com crescimento expressivo de 793,8% frente ao ano anterior (R\$ 29,8 milhões). O resultado primário superavitário revela o grau de autonomia do Município para, utilizando-se de suas receitas próprias, pagar as contas sem a dependência da realização de poupanças externas. Portanto, se o resultado primário for superavitário, isso significa que o Município, com suas receitas próprias, pagou as contas e ainda gerou poupança para amortizar o serviço da dívida (pagamento de juros), melhorando seu nível de solvência, e avanço no potencial de investimentos.

Vale destacar que o Município registra recorrentes resultados orçamentários e primários superavitários, reafirmando que a cidade está em sintonia com o principal pilar da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o equilíbrio sustentável das contas públicas ao longo do tempo.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

ITENS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var.% anual
								2021/2020
RECEITAS	1.958,8	2.145,3	2.236,9	2.409,7	2.834,2	2.992,9	3.745,8	25,2%
DESPESAS EMPENHADAS	1.973,0	2.040,2	2.035,4	2.293,7	2.621,4	2.921,2	3.497,8	19,7%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-14,2	105,2	201,6	116,0	212,8	71,8	248,0	245,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	40,5	35,6	174,9	34,3	178,4	29,8	266,6	793,8%
RESULTADO PRIMÁRIO / RECEITAS	2,1%	1,7%	7,8%	1,4%	6,3%	1,0%	7,1%	-

Fonte: Portal da Transparência de Osasco

Elaboração: Austin Rating

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.	Relatório de Gestão Fiscal – RGF Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada 4 meses.
Tipo de Despesa	Limite

Pessoal e Encargos Sociais	Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL Limite Prudencial: até 51,30% da RCL Limite Máximo: até 54,00% da RCL
Pessoal e Encargos Sociais	Despesa total com pessoal Consolidado em relação à RCL Limite Prudencial: até 57,0% da RCL Limite Máximo: até 60,0% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	120 % da RCL
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0% da RCL Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0% da RCL

5.1. Indicadores Fiscais de desempenho da LRF

Desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em maio de 2000, os municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos.

Com o objetivo de melhorar os mecanismos de transparência, a Prefeitura de Osasco disponibiliza os relatórios determinados pela LRF em seu portal da internet. Não obstante, estão disponíveis os relatórios fiscais a partir de 2006. Tal situação amplia a análise e a constatação de continuidade da gestão sobre o empenho dos órgãos municipais em favor da transparência para os municípios e os ajustes realizados nos indicadores fiscais.

LRF - INDICADORES FISCAIS DE DESEMPENHO

INDICADORES	LIMITES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	1º Quadri./22
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	n.i.	-									
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	45,82%	45,23%	52,44%	46,51%	46,74%	45,67%	42,71%	38,35%	37,43%	31,13%	30,43%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	67,58%	59,34%	57,94%	67,11%	60,08%	57,48%	46,22%	36,09%	35,47%	30,56%	17,01%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,07%	4,55%	0,58%
Vinculações Constitucionais - Educação (1)	> ou = 25%	n.i.	n.i.	n.i.	25,10%	26,47%	25,00%	29,97%	31,38%	32,03%	31,24%	-
Vinculações Constitucionais - Saúde (2)	> ou = 15%	n.i.	n.i.	n.i.	26,44%	35,14%	27,44%	31,64%	34,52%	28,44%	28,61%	-
Investimentos	% da RCL	8,57%	8,70%	11,13%	9,30%	5,79%	5,83%	6,53%	7,72%	8,05%	8,54%	-
Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões		1.416,8	1.546,7	1.644,0	1.706,8	1.858,9	1.969,0	2.107,0	2.478,3	2.609,0	3.181,5	3.418,2

Fonte: Secretaria de Finanças, Portal da Transparência de Osasco e Secretaria do Tesouro Nacional
 n.i.: não informado

Elaboração: Austin Rating

(1) Percentual mínimo exigido de 25% da Receita de impostos e de Transferências, conforme art. 212 da Constituição Federal.

(2) Percentual mínimo exigido de 15% da Receita de impostos e de Transferências, conforme Emenda Constitucional nº 29/00.

Com relação ao desempenho das metas previstas pela LRF, Osasco tem demonstrado performance muito positiva. No quadro de desempenho dos indicadores da LRF do município, o limite da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre Receita Corrente Líquida (RCL), que é de 120% (ou inferior), é respeitado em todo o período. Em 2021, a relação DCL/RCL foi de 30,56%, o menor valor em todo o período, e continuou sendo reduzida se considerarmos os dados do 1º quadrimestre de 2022 (30,43%). Após alcançar 113,83% em 2009, a relação DCL/RCL entrou em trajetória decrescente de forma consistente. Mesmo após o período de maior necessidade na pandemia, ou até mesmo durante a crise de 2015 e 2016, a relação DCL/RCL ficou abaixo de 68%, fato extremamente importante e que denota bom controle fiscal.

O Município também cumpriu os limites das Vinculações Constitucionais para as áreas da Educação e da Saúde, com limite mínimo exigido de 25% para Educação e 15% para Saúde. A média de aplicação dos recursos na área da saúde nos últimos anos (2015-2021) foi de 29,5%, sendo que, em 2021 o resultado foi de 26,8%. Quanto a área de Educação, o valor aplicado em 2021 foi de 31,2% da base de impostos arrecadados e transferidos no ano, pouco abaixo da média observada no período 2015-2021, que foi de 29,1%.

É importante destacar que os investimentos nessas duas áreas (Educação e Saúde) garantem crescimento robusto e

desenvolvimento com melhor qualidade no longo prazo, proporcionando ao município melhores condições para a gestão das finanças públicas.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo, por sua vez, é um dos indicadores de desempenho mais importantes da LRF. Os números revelam que o Município reduziu seu nível de forma consistente desde 2014, quanto atingiu o maior nível da série: 52,44%. Em 2021, a taxa apurada foi de 31,13% - a menor em toda a série, e ficou dentro do limite de 54% da RCL estabelecido pela LRF. No período 2006-2021, a média deste indicador ficou em 43,6%, ainda abaixo do limite de 54% da RCL.

Por ausência de informações no sítio da Câmara de Vereadores, não foi possível obter o índice de gasto com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Legislativo. Este fato contribui para um nível crítico de transparência.

Com relação ao nível de investimentos em relação a RCL, que não é um indicador de desempenho da LRF, anotou índice de 8,5% em 2021 contra 8,0% em 2020. Já no período 2006-2021, a média observada no indicador foi de 9,9% em relação a RCL.

5.2. CAPAG - Capacidade de Pagamento

Segundo o sítio do Tesouro Nacional, a análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar, de forma simples e transparente, se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.

A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: **Endividamento**: Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida; **Poupança Corrente**: Despesa Corrente / Receita Corrente Ajustada; **Liquidez**: Obrigações Financeiras / Disponibilidade de Caixa. Esses três indicadores avaliam o grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa, fazendo um diagnóstico da saúde fiscal do ente subnacional. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN nº 882/2018.

Conforme consta no sítio do Tesouro Nacional, o município de Osasco obteve nota A, refletindo a boa razão entre despesas correntes e receitas correntes, bem como pelo bom nível de liquidez da cidade e baixo nível de endividamento.

CAPAG - Capacidade de Pagamento



 Apenas rating A ou B atestam que o ente está elegível para obtenção de garantia.

Segundo o sítio do Tesouro Nacional, o Capag apresenta simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito

de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. A análise não abrange todos os limites legais, visto que utiliza apenas os dados disponibilizados no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), e, portanto, não vincula a posição do Tesouro Nacional. Assim, os limites divulgados são preliminares, e serão apurados de forma precisa por ocasião da verificação do cumprimento de limites e condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

6.1. Transparência

O Portal da Transparência disponibiliza dados relativos à gestão fiscal e financeira do Município, em atendimento às exigências contidas no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com uma linguagem clara e acessível aos contribuintes, aumentando o nível de transparência na administração dos recursos públicos, conforme determina a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Boa parte dos dados municipais necessários à realização deste trabalho foi obtida no referido portal, que demonstra bom nível de eficiência, visto que a LRF estabeleceu o início das publicações dos relatórios fiscais a partir de 2001 e o portal publica a partir de 2006. O portal permite ao cidadão acompanhar a arrecadação dos impostos e a destinação dos recursos nos diversos programas municipais, de forma organizada, simples e objetiva, além de poder verificar os pagamentos a fornecedores, contratos, licitações e os dispêndios com servidores.

Neste contexto, o acesso às contas públicas é fundamental para garantir a boa gestão do dinheiro público e incrementar a manutenção das boas práticas de governança. Dessa forma, cumpre mencionar, que o sítio apresenta bom histórico de acesso para as informações e dados fornecidos a partir de 2006, o que reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating* do Município.

6.2. Programa

- **Cidade Iluminada**

O programa Cidade Iluminada tem como objetivo substituir as lâmpadas multivapor por LED e, com isso, Osasco conseguiu reduzir em até 30% o consumo de energia. Foram 24.850 luminárias de LED em vias públicas, além de 2.500 luminárias em praças, parques e áreas externas de prédios municipais. O LED atende as exigências fundamentais, como a redução de acidentes noturnos e mais facilidade no fluxo do tráfego, além da economia de recursos, como já citado.

O custo de manutenção também é menor, pois, as lâmpadas LED têm vida útil maior, o que evita trocas constantes. O novo sistema de iluminação torna o ambiente mais iluminado e confortável para frequentadores de parques e praças e oferece melhor visibilidade a motoristas e pedestres.

6.3. Projeto

- **Plataforma “Estude Em Casa”**

O ano de 2020 foi atípico para todos. Com as aulas suspensas, Osasco investiu na criação de uma plataforma online: “Estude Em Casa”, desenvolvida em parceria com a Planneta Educação e a Khan Academy, o conteúdo pedagógico foi dividido entre educação infantil e ensino fundamental. Esse projeto garantiu a continuidade dos estudos e troca de conhecimentos com os mais de 70 mil alunos da rede municipal. Foi uma adaptação para profissionais e alunos, que contaram com apoio dos pais e familiares para executar as tarefas. Para atender àqueles que não tinham acesso tão fácil à internet, Osasco distribuiu todos os materiais impressos, disponibilizando nas escolas para que os pais retirassem os cadernos e os devolvessem após as crianças fazerem todos os exercícios. Os professores também deram total assistência aos alunos para que o impacto da pandemia e da quarentena não impedisse a continuidade dos estudos. Nos

primeiros dias, a plataforma atingiu 139 mil acessos.

7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

7.1. Regime Próprio de Previdência Social

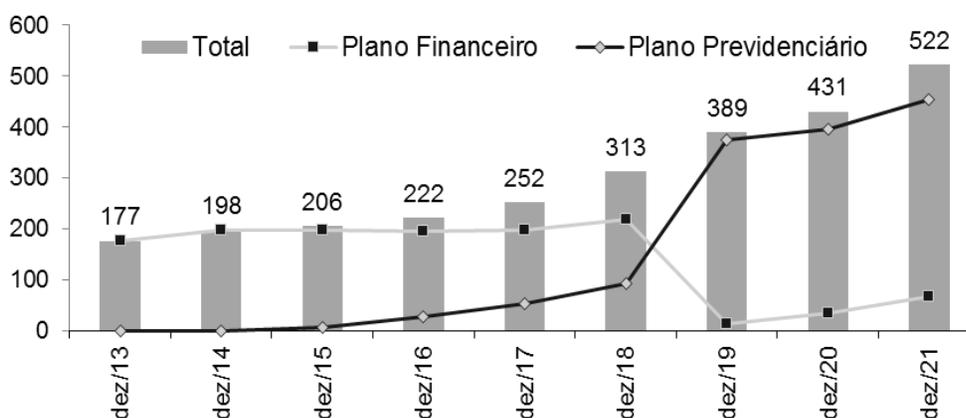
O Instituto de Previdência do Município de Osasco – IPMO – foi criado pela Lei Ordinária 647, de 04 de julho de 1967, recebendo contribuições obrigatórias de todos os servidores municipais, que tenham vínculo com autarquia, empresas de economia mista e que sejam contratados a qualquer título. Possui um conselho composto por 7 membros, sendo integrado pelo presidente do IPMO e indicado pelo prefeito; 2 representantes do Poder Executivo, a serem indicados pelo prefeito; 2 representantes do Poder Legislativo e eleitos pelo presidente da câmara; 1 representante dos servidores ativos e indicado pelo sindicato e 1 representante dos inativos e pensionistas, a ser indicado também pelo Sindicato.

O IPMO tem como missão garantir os benefícios previdenciários aos servidores públicos e seus dependentes, uma vez que é responsável por realizar o pagamento das aposentadorias e pensões. Esse instituto se trata de uma autarquia pertencente à administração indireta da prefeitura de Osasco.

Cumprir mencionar que o município de Osasco utiliza dois tipos de regimes em seu sistema de benefícios. O primeiro é definido como Regime Financeiro de Repartição de Capital de Cobertura (RCC) e é destinado às aposentadorias por incapacidade e pensão por morte de servidor ativo ou incapacitado, considerando a massa de pessoas até 31/08/2013. Já o segundo, denominado Regime Financeiro de Capitalização (CAP), aplica-se às aposentadorias especiais, por idade e tempo de contribuição e pensões por morte de aposentado, além de gerir a massa de pessoas a partir de 01/09/2013.

Com relação à posição dos ativos financeiros aplicados em 31/12/2021, estes eram depositados em diversas instituições financeiras e totalizavam a cifra de R\$ 521,7 milhões, aumento de 21,1% sobre saldo em 2020 (R\$ 389,1 milhões). Em termos específicos, o valor oriundo do CAP representava R\$ 454,3 milhões e do RCC, R\$ 67,4 milhões. Ou seja, 87,1% do patrimônio são recursos investidos em aplicações para o plano de capitalização, sendo a diferença de 12,9% destinada ao regime de repartição.

IPMO - EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GARANTIDORES
(Em R\$ milhões)



Fonte: IPMO - Elaboração: Austin Rating

É importante destacar que a Prefeitura realizou a reforma previdência dos servidores públicos no ano de 2021 a partir do Projeto de Lei Complementar nº 7/2021. Dentre outros aspectos, ele passa a reger as aposentadorias do Regime Próprio de Previdência Social do município, estabelecendo novos critérios (mínimos e especiais) para a aposentadoria dos servidores públicos e regras de transição para o novo sistema.

7.1.1. Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)

Conforme citado anteriormente, o município de Osasco possui duas regimes previdenciários, sendo um denominado RCC e outro CAP. Enquanto o de repartição obteve resultado nulo, graças às Provisões Matemáticas destinadas à Insuficiência, o CAP apontou resultado atuarial positivo, em 31 de dezembro de 2021, sendo superavitária em R\$ 200,2 milhões, conforme observado no quadro sobre a DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, do Ministério da Previdência Social. Vale lembrar que por resultado Atuarial, entende-se a diferença entre os recursos disponíveis e os valores a pagar assumidos pelo ente público a fim de garantir os benefícios sociais.

Como principal fonte de recurso, estão os Ativos Garantidores dos Compromissos, que são o somatório dos recursos originados das contribuições, receitas e outros valores financeiros arrecadados pelo RPPS, além de demais bens e direitos vinculados ao regime. Quando comparado a 2020, o valor dos ativos destinados ao plano previdenciário aumentou 15,0%, anotando R\$ 454,3 milhões. Em relação ao plano financeiro, o montante aumentou 89,3%, refletindo a menor base de comparação, que se encontra atualmente em R\$ 67,4 milhões. Por outro lado, os dispêndios oriundos de benefícios concedidos e a conceder, apresentaram redução entre os anos de 2021 e 2020, sendo respectivamente de 18,8% para o plano previdenciário e 11,2% no plano financeiro.

Destaca-se aqui a necessidade do plano de repartição em realizar provisões para futuras insuficiências financeiras e, nesse contexto é relevante pontuar que a migração progressiva do sistema previdenciário para o formato de capitalização contribui para menor dependência de recursos do tesouro municipal, sustentabilidade das finanças e aumento em seu nível de autonomia, além de ser compreendido positivamente no que diz respeito à atribuição do *rating*.

DRAA - Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2021
Plano Previdenciário

Indicador	Valores da Avaliação Atuarial	
	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros	R\$ 3.356.094.587,25	R\$ 0,00
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	R\$ 454.318.844,65	-
Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	R\$ 175.600.568,74	-
Valor atual dos Benefícios Futuros - Encargos de Benefícios Concedidos	R\$ 183.049.619,20	-
Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 7.449.050,46	-
Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	R\$ 78.468.235,44	R\$ 0,00
Valor atual dos Benefícios Futuros - Encargos de Benefícios a Conceder	R\$ 1.071.872.233,26	R\$ 0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 993.403.997,82	R\$ 0,00
Provisão Matemática para Cobertura de Insuficiências Financeiras Asseguradas por Lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Atuarial: (+) Superávit (-) Déficit	R\$ 200.250.040,47	-
Destinação do Resultado: Provisão de Contingência (acima de 25% dos Compromisso)	R\$ 0,00	-

Fonte: Ministério da Previdência Social

Data-Base: 30/12/2021 - Exercício 2022

7.2. Certificação Pró-Gestão RPPS

O IPMO (Instituto de Previdência do Município de Osasco) não consta como certificado no Pró-Gestão RPPS, Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Apesar de constar na relação de entes até o ano de 2021, a partir de 2022 não foi mais possível identificá-lo como vinculado ao programa.

Instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017, o Pró-Gestão RPPS tem por objetivo o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. Cada uma das ações possui quatro níveis de aderência, que representam os diferentes graus de complexidade que poderão ser atingidos, desde o Nível I, mais simples, até o Nível IV, mais complexo. Importante destacar que os níveis mais elevados da certificação (III e IV) possuem graus de exigência que muitas vezes demandam uma estrutura organizacional mais robusta da unidade gestora do RPPS, com maior número de servidores e maior custo de manutenção, dessa forma sendo mais acessíveis aos RPPS de médio e grande porte. Por essa razão, o fato de um RPPS de pequeno porte ser certificado no Nível I ou II não significa que ele tenha um baixo grau de governança, mas sim que demonstrou ter alcançado um nível de governança adequado ao seu porte e estrutura organizacional.

A certificação em determinado nível será atingida se o ente demonstrar à entidade certificadora que atingiu esse nível em todas as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas. Sendo atingidos diferentes níveis de aderência nas ações, a certificação será determinada pelo nível mais simples dentre aqueles atingidos.

No entanto, com o objetivo de que o Programa alcance o seu propósito de incentivar a melhoria da gestão dos RPPS, a certificação será obtida se atendidos cumulativamente os seguintes critérios:

- a) Para certificação no Nível I será exigido o atingimento de pelo menos 17 ações (70%); para o Nível II, de 19 ações (79%); para o Nível III, de 21 ações (87%); para o Nível IV, de 24 ações (100%).
- b) Para os níveis I, II e III, deverão ser atingidas pelo menos 50% das ações em cada dimensão (3 em Controles Internos; 8 em Governança Corporativa e 1 em Educação Previdenciária).
- c) Para todos os níveis deverão ser atingidas as ações essenciais: na Dimensão do Controle interno (Estrutura de Controle Interno e Gestão e Controle da Base de Dados); na Dimensão da Governança (Planejamento e Transparência); e na Dimensão da Educação Previdenciária (Ações e Diálogo com a Sociedade).

Posteriormente, o RPPS poderá obter com a entidade a certificação em nível mais elevado, desde que comprove a evolução no cumprimento das ações no nível desejado, e observado ao já disposto. Durante a vigência da certificação, o RPPS deverá executar procedimentos periódicos de autoavaliação, com o objetivo de assegurar a manutenção do cumprimento das ações correspondentes ao nível em que foi certificado, evitando assim retrocessos em sua gestão e dificuldades na posterior renovação da certificação.

A obtenção da certificação do Nível IV estabelece o ente como Investidor Profissional, permitindo alocar recursos em até 50% em renda variável, bem como ter acesso a produtos com melhor retorno. Já os demais níveis (I, II e III) são classificados como Investidor Qualificado. Importante destacar que todos os RPPS podem alocar 30% em RV com adicional de 5% a cada nível conquistado, chegando ao máximo de 50%.

Nesse sentido, a situação atual não contribui positivamente para definição do *rating*, considerando que tal programa tem potencial a certificar o instituto como cumpridor de boas práticas e, ainda, reduz as possibilidades de aquisição de recursos para o caso de classificação IV, o que determina maior dependência do tesouro municipal.

7.3. Indicador de Situação Previdenciária (ISP) – RPPS

O Indicador de Situação Previdenciária – ISP-RPPS (Regime Público de Previdência Social) foi instituído pela Secretaria de Previdência (SPrev), subordinada ao Ministério da Economia, e avalia os aspectos relacionados à transparência, gestão, situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência, para fins de aplicação de supervisão prudencial, por perfil de risco atuarial, atualizado anualmente, por meio de matriz de risco que considere os trinta critérios determinados para avaliação, além do porte do regime e as informações constantes do CADPREV e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

O IPMO (Instituto de Previdência do Município de Osasco) manteve em 2021 a nota de sustentabilidade previdenciária em “B” e perfil atuarial “III”. Essa classificação é explicada em função da nota “A” para o critério Finanças e Liquidez, e “B” para Gestão e Transparência, bem como em Atuária. Vale destacar que do total de 2.152 municípios analisados ao menos 434 alcançaram nota “A” (20,2% do total), 429 municípios alcançaram a nota “B”, como Osasco (19,9% do total) e 1.289 ficaram com nota “C” (59,9% do total).

Vale destacar que a nota no ISP obtida pelo IPMO impacta diretamente no processo de atribuição do *rating* em virtude de demonstrar a capacidade do município em atender aos pagamentos de seus aposentados e pensionistas que, segundo dados da DRAA de 2021, eram 4.221 e 1.081, respectivamente.

7.4. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: alimentares (trabalhistas) e outras espécies.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios posteriores a 2005 a serem pagos se encontravam com estoque de R\$ 610,6 milhões em 2021, alta de 1,2% sobre 2020. Em função do valor relevante, que compreendia 19,2% da Receita Corrente Líquida, cumpre mencionar que a prefeitura tem realizado acordos a partir da Câmara de Conciliação de Precatórios e tem como perspectiva liquidar completamente a fila desse tipo de direito creditório até 2029.

SALDO DE PRECATÓRIOS - MUNICÍPIO DE OSASCO

	R\$ milhões									
PRECATÓRIOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Saldo em 31/dez	334,8	336,9	427,0	650,7	658,9	820,4	688,5	668,0	603,5	610,6
Var.% no período	-	0,6%	26,7%	52,4%	1,3%	24,5%	-16,1%	-3,0%	-9,7%	1,2%
Proporção da RCL (em %)	23,6%	21,8%	26,0%	38,1%	35,4%	41,7%	32,7%	27,0%	23,1%	19,2%

Fonte: Sadipem

Elaboração: Austin Rating

Ressalte-se ainda que, de acordo com o disposto no § 7º, art. 30 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o inciso III, art. 1º da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, considera-se como estoque da dívida com precatórios judiciais, a ser contabilizada na dívida fundada dos Municípios, somente aqueles emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que forem inclusos.

- **Jurisprudência - Precatórios**

Em relação à jurisprudência, em 12 de dezembro de 2017 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 99 (EC 99/2017)

que alterou o Regime Especial de pagamento de precatórios previsto na EC 94/2016, promovendo alterações nos artigos 101, 102, 103 e 105 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A alteração de maior relevância diz respeito ao prazo para quitação dos precatórios, para 31 de dezembro de 2024, de modo que a correção dos precatórios ocorra pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Ao longo das últimas décadas foram estabelecidos alguns regimes especiais de pagamento para precatórios, sendo que o primeiro ocorreu por meio da EC 30/2000, com o prazo de 10 anos, o segundo, pela EC 62/2009, estabelecendo o prazo de 15 anos e o terceiro, dado pela EC 99/2017, após a declaração de inconstitucionalidade parcial da EC 62/2009, definindo o prazo até dezembro de 2020. Outra importante mudança ocorreu em virtude da EC 94/2016, estabeleceu que os precatórios estaduais, municipais e do Distrito Federal pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até essa data em um regime especial, sendo que até 2020 pelo menos 50,0% dos recursos destinados ao pagamento de precatórios serão utilizados para a quitação por ordem cronológica, com preferência aos créditos de natureza alimentar em que os beneficiários possuam mais de 60 anos, portadores de doença grave ou deficiência. Os outros 50,0% podem ser utilizados para quitação a partir de acordos com credores, podendo a redução máxima ser de 40,0% do valor atualizado do precatório e que não exista recurso pendente.

Em 15 de março de 2021 foi publicada a Emenda Constitucional nº 109/2021 (EC 109/2021), a qual definiu novo regime de pagamento de precatórios, por meio da alteração do artigo 101 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual os estados, Distrito Federal e municípios que estiverem em mora com o pagamento de precatórios deverão quitar até 31 de dezembro de 2029 seus débitos vencidos e os que venceram dentro desse período. Conforme dispõe a Emenda, deverá ser destinado um percentual da Receita Corrente Líquida suficiente para a quitação dos débitos no período previsto, destinando pelo menos 50,0% dos recursos ao pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, permitindo-se a opção de pagamento dos recursos remanescentes por meio de acordos diretos com os credores.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque em nível insuficiente para estabilizar o valor, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apoia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento. Nesse sentido, vale destacar que o Município de Osasco mantém boa situação quanto à gestão dos precatórios, fator que pesa positivamente na atribuição do *rating*.

8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

É importante destacar que a avaliação de riscos relaciona os fatos correntes com as perspectivas futuras do ente avaliado, observando suas condições econômicas, sociais e fiscais. Logo, não há qualquer relação direta com as observações já constatadas e supracitadas. Portanto, as observações citadas a seguir não refletem quaisquer julgamentos positivos ou negativos sobre o *rating* já atribuído.

As condições fiscal e econômica do município de Osasco denotam a consistência da Administração Pública, mesmo em diferentes ciclos de gestores ou de conjuntura econômica, sendo refletido no bom desempenho dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal desde seu início, em 2001, bem como na aplicação acima da média das vinculações constitucionais nas áreas da Saúde e Educação.

A cidade de Osasco tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, boa condição de resiliência econômica e fiscal, com

destaque ao ano de 2021, sob os efeitos colaterais negativos da pandemia, bem como boa capacidade de investimento de médio e longo prazos. Com a retomada do vigor econômico ao mesmo nível observado ao longo dos anos anteriores à crise econômica nacional (2015-2016), o município de Osasco demonstrou seu empenho em concentrar esforços com investimentos voltados para a realização de expansão da infraestrutura básica, mais precisamente na áreas destinadas à educação e longevidade, com objetivo de melhorar indicadores sociais mencionados inicialmente neste relatório.

A antecipação de etapas futuras de investimentos é desejável para manutenção do equilíbrio das contas fiscais no longo prazo, principalmente pelo processo acelerado de migração de empresas dos grandes polos para a cidade de Osasco que, em geral, é um movimento que eleva o crescimento populacional e suas necessidades regulares de serviços públicos básicos, mesmo já considerando a contrapartida do aumento de arrecadação de impostos.

Com a perspectiva de crescimento e desenvolvimento do município de Osasco, inclusive acelerado pela chegada de importantes empresas, a infraestrutura logística requer atenção especial para preservar a vantagem competitiva da cidade em relação as cidades limítrofes.

Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
AA	Forte capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
A	Boa capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos fiscais e financeiros.
BB	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos fiscais e financeiros.
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos fiscais e financeiros.
C	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.